

STJ00096845

LUIS FELIPE SALOMÃO

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

DIREITO PRIVADO

Teoria e Prática



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rodrigo Lippi

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S17d

Salomão, Luis Felipe

Direito privado : teoria e prática / Luis Felipe Salomão. - Rio de Janeiro : Forense, set. 2013.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-4955-6

1. Direito privado. 2. Direito civil. I. Título.

13-02165

CDU: 347

984910

Sumário

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO	1
1.1 O Superior Tribunal de Justiça e a evolução do Direito Privado ...	1
1.2 Gestão eficiente do Judiciário	10
1.2.1 Introdução.....	10
1.2.2 O Judiciário na democracia.....	11
1.2.3 Possíveis soluções.....	13
1.3 Anotações sobre a admissibilidade do recurso especial no Superior Tribunal de Justiça	15
1.3.1 Introdução.....	15
1.3.2 Pressupostos subjetivos.....	16
1.3.3 Pressupostos objetivos.....	16
1.3.3.1 Cabimento.....	16
1.3.3.2 Lesividade.....	19
1.3.3.3. Tempestividade.....	19
1.3.3.4 Regularidade formal	35
1.3.3.5 Preparo	38
1.3.4 Pressupostos específicos do recurso especial	45
1.3.5 Aplicação do direito à causa.....	48
1.3.6 Admissibilidade no caso dos recursos repetitivos	50
1.3.7 Regras de interpretação e política judiciária, no caso do juízo de admissibilidade do especial, à guisa de conclusão	54
1.4 A Emenda 45/2004 e a competência da Justiça do Trabalho	56
1.4.1 Introdução.....	56
1.4.2 Um breve histórico sobre a evolução da competência da Justiça do Trabalho	57
1.4.3 A competência material da Justiça do Trabalho no STF e no STJ.....	60

1.4.4	A EC 45/2004 e as questões sindicais.....	62
1.4.5	A EC 45/2004 e a Súmula 363 do STJ.....	63
1.4.6	As ações de cobrança de honorários advocatícios contratuais manejadas por advogados vinculados a sindicatos em desfa- vor do trabalhador.....	63
1.4.7	As ações indenizatórias ajuizadas por empregado em face do empregador, objetivando o ressarcimento do valor gasto a título de honorários contratuais para a propositura de re- clamatória trabalhista julgada precedente.....	66
1.4.8	Conclusão.....	70
1.5	Sistema de Juizados Especiais Brasileiros e formas alternativas à jurisdição.....	70
1.5.1	Anotações sobre o tema do acesso à Justiça.....	70
1.5.2	Juizados Especiais Brasileiros.....	73
1.5.3	Os Juizados Especiais no direito comparado.....	79
1.6	A formação dos juízes e as escolas de magistratura.....	81
1.6.1	Introdução.....	81
1.6.2	Seleção de juízes.....	82
1.6.3	A preparação dos juízes.....	83
1.6.4	Perfil de ingresso na magistratura brasileira.....	84
1.6.5	As Escolas de Magistratura no Brasil.....	85
1.6.6	Conclusão.....	86
Capítulo 2 – CONTRATOS BANCÁRIOS – ASPECTOS GERAIS.....		87
2.1	Introdução.....	87
2.2	Uma breve visão do sistema financeiro.....	89
2.2.1	Resumo histórico da atividade bancária.....	89
2.2.2	Finalidade dos bancos.....	91
2.2.3	Operações bancárias.....	92
2.2.4	Incidência do CDC.....	93
2.2.5	Novação.....	96
2.2.6	Capitalização.....	100
2.3	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça sobre contratos bancá- rios.....	112
2.4	Jurisprudência bancária.....	114

2.4.1	Diversos temas de bancário	121
2.4.1.1	Incidência do CDC	121
2.4.1.2	Julgamento e declaração de nulidade de cláusulas de ofício	122
2.4.1.3	Juros remuneratórios – Limitação tão só pelo fato de ultrapassar 12% ao ano	123
2.4.1.4	Juros remuneratórios e Taxa Selic	123
2.4.1.5	Juros remuneratórios – Ausência de previsão contratual da taxa de juros ou no caso de não apresentação do contrato	124
2.4.1.6	Juros remuneratórios – Acórdão que limita a taxa de juros à média de mercado – Afastamento no REsp ...	124
2.4.1.7	Juros remuneratórios – Acórdão que comprova a abusividade	125
2.4.1.8	Juros moratórios	125
2.4.1.9	Capitalização mensal dos juros	126
2.4.1.10	Comissão de permanência	128
2.4.1.11	Multa moratória	129
2.4.1.12	Correção monetária pela TR	130
2.4.1.13	Compensação e repetição de indébito	130
2.4.1.14	Impossibilidade de devolução em dobro do indébito se não demonstrada a má-fé	131
2.4.1.15	Tarifas de abertura de crédito e de emissão de carnê (TAC e TEC) – Não comprovação de abusividade	132
2.4.1.16	IOF parcelado	133
2.4.1.17	Inscrição do nome do devedor nos órgãos de proteção ao consumidor	133
2.4.1.18	Caracterização da mora do devedor	134
2.4.1.19	Manutenção de posse do bem	137
2.4.1.20	Alienação fiduciária – Busca e apreensão	139
2.4.1.21	Cláusula-mandato	141
2.4.1.22	Arrendamento mercantil – <i>Leasing</i>	141
2.4.1.23	Tarifas bancárias	142
2.4.1.24	Compensação de honorários	143
2.4.1.25	Violação dos arts. 17 e 18 do CPC: litigância de má-fé	143

2.4.1.26	Cartão de crédito	144
2.4.1.27	Exibição de documentos.....	145
2.4.1.28	Cédula de crédito bancário – Exequibilidade – É título executivo judicial	146
2.4.1.29	Desconto em folha de pagamento	146
2.4.1.30	Cédulas de crédito comercial, industrial ou rural – Não usar para cédula de crédito bancário	147
2.4.2	Recursos repetitivos	150
Capítulo 3 – O CONTRATO DE TRANSPORTE À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA		161
3.1	Introdução.....	161
3.2	Previsão constitucional do Superior Tribunal de Justiça	166
3.3	A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça e a previsibilidade das decisões judiciais	166
3.4	O sistema de proteção ao usuário de serviços de transporte e o Código de Defesa do Consumidor	168
3.5	Conclusão	185
Capítulo 4 – O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E A JURIS- PRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....		187
4.1	Conceito de consumidor.....	187
4.2	Vício do produto ou do serviço	193
4.3	Prazo de decadência ou garantia	194
4.4	Dever de informação.....	200
4.5	Cláusulas abusivas.....	202
4.6	Súmulas do STJ sobre Direito do Consumidor	204
4.7	Casos concretos	205
4.7.1	Aplicação retroativa do CDC	205
4.7.2	Alcance para aplicação.....	206
4.7.3	Vulnerabilidade e acesso do consumidor à justiça	208
4.7.4	Princípios da transparência e informação	209

4.7.5	Segurança para o consumidor	212
4.7.6	Equilíbrio na relação contratual	215
4.7.7	Reparação integral e solidariedade.....	216
4.7.8	Interpretação favorável ao consumidor e boa-fé objetiva	219
4.7.9	Responsabilidade objetiva	223
4.7.10	Onerosidade excessiva	226
4.7.11	Conceito de consumidor	228
4.7.12	Conceito de fornecedor e defeito do produto	229
4.7.13	Fato do serviço	230
4.7.14	Vício do produto	232
4.7.15	Vício do serviço.....	232
4.7.16	Excludentes de responsabilidade	233
4.7.17	Prescrição e decadência.....	234
Capítulo 5 – RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA		237
5.1	Introdução	237
5.2	Responsabilidade civil médica	238
5.2.1	Pressupostos genéricos da responsabilidade civil	239
5.2.2	Responsabilidade contratual e extracontratual.....	242
5.2.3	Natureza jurídica da obrigação e teoria da culpa	249
5.2.4	Teorias importantes acerca da culpa médica	260
5.2.5	Diferença entre a responsabilidade dos profissionais médicos e estabelecimentos hospitalares	263
5.2.6	Excludentes de responsabilidade.....	266
5.3	Análise de casos concretos	274
Capítulo 6 – RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO DA COMUNI- CAÇÃO SOCIAL		285
6.1	Introdução	285
6.2	Justiça e imprensa – Uma saga siamesa	290
6.3	Formas de resolução dos conflitos aparentes	292
6.4	A responsabilidade civil dos jornalistas e das fontes	293
6.5	Estudo de casos.....	311
6.6	Conclusão.....	326

Capítulo 7 – PROPRIEDADE INTELECTUAL	327
7.1 Introdução.....	327
7.2 Aspectos preliminares.....	327
7.3 Criação da escola nacional de formação e aperfeiçoamento de juízes.....	339
7.4 O recurso especial – função precípua.....	340
7.5 Competência especializada no campo da propriedade intelectual	342
7.6 Aspectos gerais sobre propriedade intelectual e súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	343
7.7 Precedentes do Superior Tribunal de Justiça sobre propriedade intelectual.....	347
Capítulo 8 – O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O DIREITO DE FAMÍLIA	369
8.1 Introdução.....	369
8.2 Evolução dos temas relacionados ao direito de família no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.....	381
8.2.1 Quanto ao conceito de família.....	381
8.2.2 Casamento e união estável.....	382
8.2.3 Sucessão na união estável.....	406
8.2.4 União homoafetiva.....	422
8.2.5 Regime de bens.....	424
8.2.6 Filiação e adoção.....	430
8.2.7 Do poder familiar.....	440
8.2.8 Dos alimentos.....	441
8.3 Responsabilidade civil em direito de família.....	459
8.4 Bem de família.....	468
8.5 Súmulas do STJ sobre Direito de Família.....	473
8.6 Conclusão.....	474
BIBLIOGRAFIA	475
OBRAS DO AUTOR	481
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	483